

OS DESAFIOS DA ECOLOGIA URBANA

Hermógenes de Freitas Leitão Filho

A manutenção de uma boa qualidade de vida nas grandes metrópoles é um dos desafios dos tempos modernos. Uma boa qualidade de vida pode ser obtida pela somatória de uma considerável gama de fatores - saneamento básico, segurança, renda familiar, educação, saúde, controle de poluição e existência de áreas verdes consideráveis, entre outros. Este último aspecto, referente às áreas verdes, tem sido inclusive considerado um balizador da qualidade de vida urbana pela Organização Mundial da Saúde, que recomenda a área verde de 6 m²/habitante.

A bem da verdade, poucas cidades conseguem atingir os índices prescritos pela OMS. No Brasil, entre as cidades com população superior a 1.000.000 de habitantes, apenas Curitiba pode ser enquadrada nos índices oficiais, estando Campinas em um segundo lugar, mas com valores abaixo do prescrito.

As áreas urbanas são críticas em termos de preservação e conservação. Em primeiro lugar, elas são escassas, tendo em vista o crescimento desordenado das grandes cidades e também o evidente interesse econômico que despertam, seja para extração de madeiras seletivas, lenha, assentamentos urbanos ou especulação imobiliária. Além disso, são áreas, via de regra, abandonadas, sujeitas a incêndios, deposição de entulhos e resíduos industriais dos mais variados. Some-se a estes graves inconvenientes o fato destas áreas serem normalmente de pequenas dimensões, representando fragmentos

isolados e em geral distantes uns dos outros. A fragmentação representa um grave problema das áreas verdes.

Pela fragmentação os conjuntos florestais ficam separados e sem contacto uns com os outros. Mesmo os contactos indiretos, que seriam feitos pelos animais e pelas sementes carregadas pelo vento ou outros agentes dispersores, é muito eventual. Como a fauna urbana é restrita, via de regra somente aves e morcegos fazem estes contactos. Por este motivo, o número de espécies capazes de viver nas cidades é restrito, ocorrendo as mesmas espécies nos vários fragmentos. Com isto, alguns tipos de sementes, que passam pelo trato digestivo destes animais ou que são carregadas pelos mesmos, têm sua dispersão facilitada, existindo uma forte tendência de uniformização dos bosques urbanos, com clara perda da diversidade. Por este motivo, a intervenção do homem em áreas urbanas é essencial. Sem a participação do homem, os bosques vão perdendo diversidade e, em casos extremos, podem até caminhar para a extinção. Para garantir a manutenção da diversidade, espécies nativas devem ser introduzidas, melhorando as condições de sustentação da fauna, revertendo o efeito danoso da fragmentação.

Também deve ficar claro que a qualidade ambiental raramente é prioridade política. Em função deste fato, os recursos disponíveis para desapropriação e medidas de preservação destas áreas são escassos e quase sempre alocados de forma equivocada em projetos de visibilidade política máxima, mas que quase sempre não representam medidas concretas para a melhoria da qualidade de vida urbana. Para exemplificar este tipo de medida política, podemos citar o ajardinamento de praças públicas com plantas anuais, a criação de pequenas praças em áreas de grande fluxo urbano, medidas de certo impacto momentâneo, mas que logo são abandonadas pelo seu alto custo de manutenção. Da mesma forma, a insistência em arborização urbana em ruas estreitas, com fiação e passeios restritos, é condenável.

A idéia deste artigo é que as cidades devem investir em grandes áreas verdes urbanas. As áreas de pequeno porte devem ser consideradas como prioridade secundária, embora também importantes. Em relação à arborização urbana, as prioridades são outras - a arborização deve ocorrer em avenidas e ruas largas onde não exista problema de fiação, de largura de passeio e das faixas de trânsito. Vias públicas que não atendem a estas condições não devem ser arborizadas. Contudo, em relação à arborização também

devem existir prioridades - uma vez que a via pública tenha condições de ser arborizada, esta deve ser uma obrigação primária da administração. Estas providências, aparentemente simples e lógicas, podem representar muito em termos econômicos e estéticos, evitando-se podas que deformam as árvores e dão um aspecto estético lamentável (quer pela forma das árvores, pelos danos às calçadas ou espaçamento irregular entre as mudas, que sistematicamente têm vida útil abreviada).

Em relação às áreas verdes, dois aspectos devem ser considerados. Áreas pequenas (até cerca de 1 ha) devem ser mantidas, mas a criação de áreas novas com estas dimensões não deve ser incentivada, a não ser como fruto da iniciativa privada. Em casos de novos loteamentos ou onde for possível, áreas verdes maiores, de claro uso comunitário, devem ser incentivadas e cuidadosamente planejadas.

As grandes áreas verdes representam o melhor investimento ambiental possível. Em primeiro lugar, elas permitem a realização de uma série de atividades comunitárias importantes, envolvendo grande número de pessoas - passeios, eventos, atividades de educação ambiental etc. Representam um lazer barato, capaz de agradar a todas as faixas da sociedade. Em segundo lugar, os grandes espaços verdes funcionam como refúgios urbanos de flora e fauna. Nestas áreas, populações vegetais e animais podem se manter. Isto significa que estas populações encontram nestes espaços condições de procriar e de manter sua prole. Isto sempre é possível em áreas muito restritas onde o indivíduo (no caso de plantas) pode sobreviver, mas sua descendência não. Do mesmo modo, áreas restritas podem atender um número restrito de representantes da fauna (em geral avifauna) oferecendo limitados recursos alimentares. Outro ponto a ser considerado em grandes espaços urbanos é a possibilidade de contemplar uma biodiversidade muito mais ampla. O aumento da diversidade de plantas implica em um aumento da diversidade de fauna e a relação, dentro de certos limites, é constante. Sendo assim, qualquer trabalho de melhoria da qualidade ambiental urbana deve considerar estes conceitos. Exemplos da veracidade desta afirmativa são muitos: o Parque Ibirapuera e o Parque Trianon em São Paulo, o Bosque dos Jequitibás e o Parque Taquaral em Campinas, a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro, o Museu Goeldi em Belém, o Central Park em New York e assim por diante. Estas evidências parecem óbvias, mas via de regra escapam do planejamento urbano, que quase sempre é equivocado, e atende apenas a aspectos supérfluos do

problema. Além disso, a manutenção de áreas maiores é proporcionalmente mais econômica, com possibilidades de racionalização de serviços. Em termos biológicos, as vantagens são enormes - nestas áreas o conceito de indivíduo cede lugar ao conceito de população. Com isto se pode realizar preservação e conservação genética, que é a garantia da perenidade das espécies.

Particularmente para espécies vegetais raras ou reconhecidamente ameaçadas de extinção esta é uma estratégia valiosa. Nos ambientes urbanos estas espécies podem ter um monitoramento permanente, as populações podem ter procedências diversas, garantindo um fluxo gênico essencial para a sobrevivência das mesmas em um prazo mais amplo.

Os desafios da ecologia urbana são imensos. Em todos eles, fica claro que a ação do homem é essencial no sentido da reversão dos danos causados anteriormente. A idéia de "santuários" urbanos, além de ser muito ruim do ponto de vista social, é absolutamente errada do ponto de vista biológico. Já que o homem interveio para causar danos, ele deve continuar intervindo para reparar estes danos. Dentro desta ótica, podemos até ser otimistas quanto ao futuro, pois temos muito ainda a reparar e dispomos dos meios técnicos para realizar esta obra.